

Ricardo Stuckert / PR



Lula e demais presidentes fizeram defesa conjunta do multilateralismo

Sem citar Trump, Lula defende democracia

No Chile, carta conjunta dos presidentes deixa críticas veladas

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que, considerando a atual situação global, ele observa uma “ofensiva antidemocrática internacional” que se manifesta presente no mundo. As declarações foram realizadas nesta segunda-feira (21) na reunião de Alto Nível Democracia Sempre, realizada em Santiago (capital do Chile), no Palácio de la Moneda. Além de Lula e do presidente chileno, Gabriel Boric, também estavam presentes os presidentes Pedro Sánchez (Espanha), Yamandú Orsi (Uruguai) e Gustavo Petro (Colômbia).

“Neste momento em que o extremismo tenta reeditar práticas intervencionistas, precisamos atuar juntos. A defesa da democracia não cabe somente aos governos. Requer participação ativa da academia, dos parlamentos, da sociedade civil, da mídia e do setor privado”, declarou o presidente brasileiro em entrevista à imprensa.

Nota conjunta

Ainda nesta segunda-feira, os presidentes presentes no en-

contro divulgaram uma nota conjunta em que defendem o compromisso com a defesa da democracia e do multilateralismo, discurso adotado pelos países desde que a gestão de Donald Trump (Republicano) nos governos dos Estados Unidos da América (EUA) passou a adotar uma política protecionista monetária.

“Reafirmamos nosso compromisso com a defesa da democracia, do multilateralismo e do trabalho conjunto para enfrentar as causas profundas e estruturais que enfraquecem nossas instituições democráticas, seus valores e legitimidade”, afirma o texto. “Acreditamos que é um imperativo ético e político promover uma estratégia comum para enfrentar fenômenos globais como o aumento da desigualdade, a desinformação, os desafios colocados pelas tecnologias digitais e pela inteligência artificial”, completou a nota.

Ao Correio da Manhã, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes avaliou que “a polarização política e a disseminação de desinformação têm sido desafios em várias nações, e ao reafirmar esse compromisso, os líderes signatá-

rios da carta demonstram uma frente unida contra tendências que podem minar a ordem democrática”.

“Para o Brasil em particular, que vive tensões institucionais recentes, essa declaração ganha um peso adicional”, ela ponderou citando os conflitos recentes com os EUA.

Multilateralismo

O evento ocorreu dias após o presidente dos Estados Unidos Donald Trump anunciar que os EUA aplicarão uma tarifa de 50% a produtos brasileiros a partir de 1º de agosto. Dentre as justificativas do presidente norte-americano, ele alega que o Brasil aplica tarifas injustas a produtos estadunidenses e citou o ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro (PL), afirmando que Bolsonaro vive uma “caça as bruxas” com o Judiciário do Brasil. O documento, porém, não o nome de Donald Trump, tampouco de Jair Bolsonaro.

Hanna Gomes destacou que a carta conjunta “não é uma ‘resposta’ direta ao tarifação de Trump no sentido de uma retaliação ou comunicado formal de

repúdio”, mas ela representa “um posicionamento estratégico por parte desses líderes, em defesa dos valores democráticos e da cooperação internacional”. E dentre os posicionamentos mais sutis no documento, ela pontua como a importância do multilateralismo é citada.

“O multilateralismo prega a cooperação entre múltiplas nações para resolver problemas globais, em contraste com abordagens unilaterais ou bilaterais que podem levar a conflitos e desequilíbrios. Esse foi o recado da carta que resume o encontro. A política ‘America First’ de Trump, caracterizada por medidas protecionistas com a imposição de tarifas, é um exemplo clássico de unilateralismo, criticado de forma velada pela carta”, afirmou Hanna Gomes.

“A carta não cita explicitamente Trump ou as tarifas, mas ao defender o multilateralismo, ela implicitamente critica e contrasta com as ações unilaterais dos EUA. Os países signatários estão sinalizando que acreditam em um sistema global baseado em regras, negociações e cooperação, e não em imposições”.

Governo vai buscar “solução mediadora” para licenciamento

Paulo Pinto/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Após a aprovação do Projeto de Lei 2159/21 pelo Congresso Nacional na última semana — proposta que flexibiliza as regras gerais para o licenciamento ambiental —, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou nesta segunda-feira (21) que o governo federal vai “buscar uma solução mediadora” para o PL. Segundo ele, o Palácio do Planalto avalia vetar trechos do texto ou editar uma medida provisória que corrija pontos considerados problemáticos.

Nesta semana, estão previstas reuniões entre equipes da Casa Civil, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e da Advocacia-Geral da União (AGU) para uma leitura técnica do projeto aprovado.

“Solução mediadora”

“Nós vamos buscar uma solução mediadora, porque alguns pontos são muito ruins para o meio ambiente. São muito ruins até, eu diria, para os empresários. Tem pontos que nós vamos ter que reverter em uma negociação ou em uma medida provisória com o Congresso Nacional”, afirmou Costa à imprensa em Salvador (BA).

Com base nesse diagnóstico conjunto, serão definidos os principais pontos a serem ali-



Rui Costa: não há na base consenso na questão ambiental

nhados com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para a partir de 4 de agosto, discutir com o Legislativo no retorno do recesso. O objetivo, segundo o ministro, é reabrir o diálogo com o Parlamento.

“Alinhar com o presidente da República, com a posição das nossas equipes técnicas, ele validar, e a gente iniciar, a partir da próxima semana, quando o Congresso retornar, um diálogo para encontrar uma medida que resolva esses pontos principais, que são muito danosos ao meio ambiente”, afirmou.

Divergências

O tema também provoca divergências dentro da própria base aliada, que não tem posi-

ção unificada sobre o conteúdo do projeto. Rui Costa relatou que, apesar dos esforços realizados em conjunto com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nas etapas de votação no Senado e na Câmara, não houve êxito em convencer os parlamentares a rejeitar diversos trechos da proposta. “Mas nós não desistimos. Nós vamos retomar isso”, acrescentou.

As declarações do ministro confirmam a posição já expressa por Marina Silva. Em nota divulgada na última quinta-feira (17), o MMA afirmou que sua equipe técnica “já trabalha na análise dos encaminhamentos cabíveis”.

“O MMA sempre sinalizou de forma clara sua discordância

em relação aos conteúdos do PL que fragilizam os instrumentos de licenciamento ambiental e representam risco para a segurança ambiental e jurídica do país”, diz o comunicado. “O objetivo é assegurar a manutenção de uma legislação ambiental alinhada às demandas da população brasileira, em consonância com os desafios sociais, climáticos e econômicos da atualidade e com os compromissos internacionais firmados pelo Brasil”, prossegue a nota.

A aprovação do PL ocorreu em sessão esvaziada, na madrugada da última quinta-feira. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), autorizou o voto remoto, e o substitutivo do relator, deputado Zé Vitor (PL-MG) — que incorporou 29 emendas do Senado — foi aprovado por 267 votos favoráveis e 116 contrários.

O novo marco do licenciamento ambiental cria a Licença Ambiental Especial (LAE), que poderá ser concedida a empreendimentos de alto impacto considerados estratégicos pelo governo, mediante análise simplificada e com prioridade sobre outras licenças. A proposta também institui a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que isenta de estudos de impacto as atividades de menor porte e risco, com fiscalização amostral e anual.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Peres/Agência Brasil



Ministro ampliou restrições a ex-presidente

PL vê oportunidade no aperto de Moraes em Bolsonaro

A decisão do ministro Alexandre de Moraes de apertar ainda mais o cerco contra Jair Bolsonaro foi até comemorada por uma ala do PL que, sem vislumbrar outras alternativas, aposta no quanto pior, melhor. Isso, para tentar mobilizar seguidores do ex-presidente.

Assim, ao proibir a veiculação de entrevistas ou declarações de Bolsonaro em quaisquer redes so-

ciais — inclusive nas de veículos de imprensa —, o ministro do Supremo Tribunal Federal reforçaria as teses de perseguição e de censura.

A exploração do assunto foi ressaltada ontem durante a reunião promovida na liderança do PL na Câmara para discutir, entre outras, a decisão do STF de obrigar o ex-presidente a usar tornozeleira eletrônica.

Isolamento

Apesar da subida de tom, a reunião mostrou a dificuldade que os bolsonaristas têm para fazer com que outros partidos, com exceção do Novo, assumam uma posição mais efetiva em defesa de Jair Bolsonaro. Até agora, os protestos têm como origem o próprio PL.

Centrão fora

Para um deputado de partido do Centrão, vai ser difícil o grupo entrar nessa briga. Primeiro, pela provável condenação e prisão de Bolsonaro; depois, pelo tarifação imposto por Donald Trump, que predica interesses brasileiros e ajudou a recuperar a popularidade de Lula.

Allan Santos/Câmara dos Deputados



Parlamentares do PL defendem Bolsonaro

Bolsonaristas querem tirar processos do STF

Na entrevista coletiva de ontem, Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara, fez um aceno aos congressistas para tentar romper o isolamento.

Anunciou mobilização para fazer com que seja votada a PEC 333, apresentada, em 2017, pelo então senador Álvaro Dias.

A proposta de emenda constitucional restringe a

prerrogativa de foro, mais conhecida como foro especial, para políticos.

Tiraria do STF a função de julgar todos os senadores e deputados por crimes comuns, os casos passariam a percorrer o rito processual previsto para a maioria dos cidadãos. Nos últimos meses, o PL e o Novo têm tentado votar a PEC.

Mudança

A tentativa de tirar políticos do STF revela mudança no comportamento da corte. Antes, o julgamento por tribunais superiores era encarado como uma quase garantia de impunidade. Nomeados por políticos, ministros tendiam a ser benevolentes com a categoria.

Alerta

O Mensalão mostrou que o foro no STF poderia ser uma armadilha, já que processos por lá tendem a ser mais curtos, e não há possibilidade de recurso a corte superior. As ações contra diversos políticos, em particular, bolsonaristas, acionaram de vez o alerta.

Recurso

Por falar no STF: integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, o físico Paulo Artaxo disse à coluna que a comunidade científica brasileira não descarta recorrer à corte contra o chamado PL da Devastação, aprovado pelo Congresso Nacional.

Liberou geral

Ele defende o veto integral ao projeto que muda a legislação ambiental e cria a possibilidade de autolicensing: empresários passam a ser responsáveis pela autorização de projetos. Ressalta que a Constituição diz que cabe ao Estado proteger o meio ambiente.